



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL - DÉFICIT
COGNITIVO E EDUCAÇÃO DE SURDOS**

**ESCOLA INCLUSIVA: PRINCIPAIS DESAFIOS DOS
EDUCANDOS FRENTE À AÇÃO EDUCATIVA.**

ARTIGO MONOGRÁFICO DE ESPECIALIZAÇÃO

Joscelaine da Silveira Biscaglia

Santa Maria, RS, Brasil

2010

**ESCOLA INCLUSIVA: PRINCIPAIS DESAFIOS
DOS EDUCADORES FRENTE À AÇÃO
EDUCATIVA.**

por

Joscelaine da Silveira Biscaglia

Artigo apresentado no Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria como requisito parcial para obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

Orientadora: Rosana Estela Copetti

**Santa Maria, RS, Brasil
2010**

Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Especialização em Educação Especial - Déficit Cognitivo e
Educação de Surdos

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo Monográfico de
Especialização

ESCOLA INCLUSIVA: PRINCIPAIS DESAFIOS DOS EDUCADORES
FRENTE À AÇÃO EDUCATIVA.

elaborado por
Joscelaine da Silveira Biscaglia

como requisito parcial para obtenção do grau de

Especialista em Educação Especial: Déficit Cognitivo e Educação de
Surdos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Rosana Estela Copetti
(Presidente/Orientador)

Sílvia Maria de Oliveira Pavão

Soraia Napoleão Freitas

Santa Maria, 14 de dezembro de 2010.

RESUMO

Artigo de Especialização
Curso de Especialização em Educação Especial – Déficit Cognitivo e Educação de Surdos
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: PRINCIPAIS DESAFIOS DOS EDUCADORES FRENTE À AÇÃO EDUCATIVA.

AUTOR: JOSCELAINÉ DA SILVEIRA BISCAGLIA
ORIENTADOR: ROSANA ESTELA COPETTI
SANTA MARIA, RS

O presente trabalho monográfico busca apresentar reflexões teóricas a cerca da educação inclusiva e os principais desafios dos educadores frente à ação educativa com o objetivo de esclarecer sobre as dificuldades que esses profissionais se defrontam no processo inclusivo. É importante conhecer a trajetória que a educação especial fez até chegar à inclusão, compreendendo as políticas públicas em prol desta. A educação especial sob a perspectiva da inclusão é um desafio a ser vencido pela sociedade, pelo estado e, de modo bem específico, pela escola, onde de fato a verdadeira batalha é realizada. As dificuldades e os desafios da inclusão escolar estão ligados a questões como organização da sociedade, valores que nela prevalecem, prioridades definidas pelas políticas públicas, meios efetivamente disponibilizados para a implantação dessas políticas, fatores relacionados à formação de docentes, infra-estrutura e problemas vinculados à especificidade das diferentes condições que afetam o desempenho acadêmico e a formação pessoal de sujeitos que apresentam necessidades especiais ou outras características que os introduzem na categoria de alunos especiais. A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino sempre foi um discurso distante das práticas educacionais. Por isso, devem ser criadas políticas públicas visando à inclusão social que partam de uma conscientização dos direitos do cidadão e da valorização do ser humano, quebrando a tradição assistencialista da educação especial.

Palavras-chave: Educação especial. Desafios. Inclusão.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1. APRESENTAÇÃO | 03 |
| 2. CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO | 05 |
| 3. REFERENCIAL TEÓRICO..... | 06 |
| 3.1 Educação inclusiva: um pouco de história..... | 06 |
| 3.2 Práticas pedagógicas com foco na inclusão | 11 |
| 3.3 Principais desafios enfrentados pelos educadores no processo de educação inclusiva. | 14 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 18 |
| 5. REFERÊNCIAS | 20 |

1 APRESENTAÇÃO

Aprender a conviver e relacionar-se com pessoas que possuem expressões culturais e marcas sociais próprias é condição necessária para o desenvolvimento de valores éticos, como dignidade do ser humano, respeito ao outro, à igualdade e à solidariedade.

O processo de inclusão no processo educacional visa ampliar ao máximo a capacitação da criança com necessidades educacionais especiais na escola e na classe regular. Este processo envolve fornecer o suporte para a educação especial, através de seus profissionais.

Portanto, a escolha do tema como intenção de pesquisa, deu-se por se estar vivenciando um momento em que a ação educativa está comprometida com a cidadania e com a formação de uma sociedade democrática e não excludente, a qual, necessariamente, deve promover o convívio com a diversidade, incluindo não somente as diversas culturas, os hábitos, os costumes, mas, também, as competências, as particularidades de cada um.

A escola inclusiva é considerada aquela que abre espaço para todas as crianças, abrangendo aquelas com necessidades educacionais especiais. O principal desafio da escola inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na diferença, oferecendo respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando apoio de instituições e especialistas, quando isso se fizer necessário. Por isso, a confiança de que este trabalho pode contribuir para compreender melhor os principais desafios dos educadores frente à ação educativa comprometida com a educação inclusiva. A sua execução visa atingir o objetivo de esclarecer os principais desafios enfrentados pelos educadores numa ação educativa comprometida com a educação inclusiva, buscando referenciais sobre a educação inclusiva; refletindo sobre práticas pedagógicas com foco na inclusão e evidenciando os principais desafios que a educação inclusiva impõe aos educadores.

O referencial teórico está estruturado em três momentos. O primeiro faz considerações sobre a educação inclusiva, evidenciando os aspectos legais, por entender que é essencial estar fundamentado na legislação pertinente à educação inclusiva, para poder entendê-la e praticá-la. No segundo subtítulo trata-se da reflexão sobre as práticas pedagógicas com foco na inclusão, como alternativas

pedagógicas que contribuam para a concretização desse processo. E por fim, buscase evidenciar os principais desafios enfrentados pelos professores no processo de educação inclusiva, fundamentada nas leituras bibliográfica empregadas para realizar o trabalho.

2 CAMINHO DA INVESTIGAÇÃO

Na pesquisa, utiliza-se de diferentes instrumentos que representam um conjunto de atividades direcionadas com determinado objetivo para alcançar um conhecimento ou uma resposta mais precisa.

Nesse sentido para Gil (1999, p.42), a pesquisa tem um caráter pragmático, é um “processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos”.

Este trabalho monográfico optou pela metodologia de pesquisa bibliográfica/exploratória. Bibliográfica que no entender de Leal e Souza (2006, p.23) “é aquela elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet” e, exploratória porque “tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, visando à formulação de problemas mais preciosos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (LEAL e SOUZA, 2006, p. 20).

Neste contexto, este trabalho buscou na literatura referente à educação inclusiva fundamentos teóricos para aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos durante o curso de especialização.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola¹.

A educação inclusiva se constitui no foco central dos debates referentes à sociedade contemporânea e do papel da escola, no sentido de superar a lógica da exclusão, tendo em vista as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino que evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las.

3.1 Educação Inclusiva: um pouco de história

Quando se referencia sobre a inclusão, geralmente são consideradas as dimensões pedagógica e legal da prática educacional que são muito importantes para concretizar os ideais, mas também é fundamental a contextualização em que se pretende uma sociedade inclusiva.

No momento em que ficou reconhecido que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino demonstravam que era necessário confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-la, surge a educação inclusiva como foco central na discussão acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola no enfrentamento e na superação da lógica de exclusão.

Com a chegada do século XX, surgiu a proposta da inclusão de inclusão quando as pessoas com necessidades educacionais especiais passaram a ser consideradas cidadãos com direitos e deveres. Segundo Guebert (2007), isso foi

¹ Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

expresso por intermédio dos variados documentos que surgiram, sendo o pioneiro em 1948, quando se torna pública a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Baseadas nesse documento, as famílias das pessoas com necessidades educacionais especiais iniciaram alguns debates e organizaram-se realizando, neste sentido, as primeiras críticas sobre a segregação, surgindo, assim os primeiros movimentos em prol da inclusão.

No Brasil, a educação especial enquadrou-se no sistema geral de educação com a aprovação da Lei nº 4.024/61, contemplando o atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, quando possível no sistema regular de ensino. Na década de 1970, nos Estados Unidos, iniciaram-se as primeiras teorias sobre inclusão, com a finalidade de proporcionar melhores condições de vida aos portadores de deficiência, contando com a criação de uma rede de informações sobre o assunto, além de serem aprovadas, em lei, as modificações curriculares para garantir-se a aprendizagem destes educandos (GOMES, 2000).

De acordo com Jannuzzi (2004), a década de 1980 foi significativa para as pessoas com necessidades educacionais especiais, tendo em vista que foi organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) o Ano Internacional das Pessoas Deficientes, num movimento que tinha como lema “participação plena e igualdade”.

Deve-se destacar também que o modelo clínico-terapêutico existente na etapa anterior preocupou-se muito com a deficiência, sua causa e como acabar com o déficit. E era essa a preocupação na escola especial, pois havia baixa expectativa pedagógica na escola, o que traduz as próprias limitações dos alunos com necessidades educacionais especiais associadas ao fracasso educativo, deixando-se de lado a reflexão educativa sobre a educação especial. Esse raciocínio restringe-se à atribuição da culpa do fracasso escolar aos alunos, e não ao projeto de educação, que está a encargo da escola.

Entretanto, existe uma interpretação alternativa contra esse fácil silogismo. Se a escola especial parte do pressuposto de que os sujeitos estão naturalmente limitados, toda a orientação educativa está obrigada a orientar-se naturalmente em direção a essa ideia e os resultados, finalmente, concordam com essa percepção [...] os magros resultados são um produto direto da inconsistência dos próprios alunos e não da natureza do projeto educativo (SKLIAR, 2003, p. 34)

É desta forma que a educação especial está configurada: seu fracasso é em decorrência do fracasso dos alunos, sem importar os fatores sociais, políticos, lingüísticos, históricos e culturais, em conjunto com os profissionais e seus métodos. É em decorrência da crítica aos modelos segregacionistas e às instituições que primeiramente surge a filosofia da integração e depois da inclusão.

Até 1990 as políticas de educação especial refletiam, explicitamente, o sentido assistencial e terapêutico atribuído à Educação Especial pelo MEC. A partir de 1990 surgem indicadores da busca da interpretação da Educação Especial como modalidade de ensino entretanto, é preciso salientar que as principais propostas e planos mantêm-se numa abordagem reducionista, interpretando a educação Especial como questão meramente metodológica ou de procedimentos didáticos (MAZZOTTA, 2005, p. 25).

Da mesma forma, Jannuzzi (2004) afirma que, a partir da década de 1990, principalmente após a Declaração de Salamanca, endossada pelo Brasil e por muitos governos, aponta-se a inclusão como um avanço em relação à integração, porquanto implica uma reestruturação do sistema comum de ensino.

Werneck (1997, p. 23) também diferencia os conceitos: “ a integração e a inclusão são dois sistemas organizacionais de ensino que têm origem no princípio de normalização”. A autora explica que normalizar não é tornar o indivíduo normal, mas é atender às necessidades e reconhecer o seu direito de ser diferente.

A semelhança entre os dois sistemas é que ambos promovem a inserção da pessoa com necessidades educacionais especiais. A diferença é que a integração faz uma inserção apenas parcial, e a inclusão é a inserção, total e incondicional também chamada de sistema calidoscópico, termo criado por educadores canadenses. Esse sistema de organização de ensino exige uma transformação da escola, uma ruptura com o sistema educacional vigente (MANTOAN, 1997, p. 58).

Na integração, a inserção depende da capacidade do aluno de adaptar-se à escola, enquanto na inclusão, a inserção focaliza as particularidades de cada aluno.

A integração traz consigo a ideia de que a pessoa com deficiência deve modificar-se segundo os padrões vigentes na sociedade, para que possa fazer parte dela de maneira produtiva e, conseqüentemente, ser aceita. Já a inclusão traz o conceito de que é preciso haver modificações na sociedade para que seja capaz de receber todos os segmentos que dela foram excluídos, entrando assim em um processo de constantes dinamismo político social (MANTOAN, 1997, p. 58)

A inclusão do aluno com necessidades especiais no ensino regular deve a partir da análise da exclusão social como um todo, produzida pelo sistema capitalista, em vez de estar unicamente centrada na análise de que a exclusão se dá somente a partir da deficiência em si. Nessa perspectiva, a discussão perpassa pelo critério da exclusão social escolar, que não está centrada apenas em características biológicas, de gênero ou de raça, mas está determinada por interesses ditados por um modelo de profunda exploração humana.

O direito de todos à educação está estabelecido na constituição de 1988 e na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), sendo um dever do estado e da família promovê-la. A finalidade da educação é o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho. Isso significa que o objetivo da escola, tal como definido em lei, é, justamente, promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho.

Da mesma forma, a República Federativa do Brasil fundamenta-se constitucionalmente, entre outros, nos princípios da dignidade humana e tem objetivos como a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, além da redução das desigualdades sociais e regionais. É como se encontra no art. 5º, *caput*, da Constituição, quando então se reafirma o princípio liberal francês: a igualdade de todos perante a lei.

Neste passo, é importante frisar que a Lei nº 7.853/89 reafirmou a obrigatoriedade da oferta da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino e definiu como crime o “ato de recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de alunos em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que possui”. O Decreto-Lei nº 3.298/99 prescreve que as escolas públicas ou privadas devem oferecer “programas de apoio para o aluno que está integrado no sistema regular de ensino, ou em escolas especializadas exclusivamente quando a educação das escolas comuns não puder satisfazer as necessidades educativas do aluno no que se refere a materiais necessários ao seu desenvolvimento cognitivo”.

No ano seguinte, em 1990 foi lançado o Estatuto da Criança e do Adolescente, que reiterou os direitos garantidos na constituição e o atendimento

especializado² para pessoas com necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. Anos mais tarde, na Espanha, na cidade de Salamanca, em 1994, houve um encontro em que participaram mais de trezentos países e mais de noventa e dois representantes da sociedade civil na discussão do tema “Direitos de igualdade das pessoas deficientes”. Nesse encontro elaborou-se um documento de compromisso para garantir os direitos educacionais das pessoas com necessidades especiais. A Declaração de Salamanca constitui-se no suporte pedagógico utilizado atualmente, pois apresenta linhas de ações para garantir a igualdade de oportunidades e, deste modo, efetivar o processo inclusivo, que por vezes, está sendo confundido com a integração.

Segundo Guebert (2007, p. 35), “entende-se por integração a inserção pura e simples das pessoas com necessidades educacionais especiais, sem que haja nenhuma adaptação específica do contexto para o desempenho de tais atividades, utilizando-se para isso somente os recursos previamente disponíveis”.

Considerando os aspectos necessários para o sucesso do processo inclusivo, devem-se analisar quais são os conhecimentos que se precisa desenvolver e que ainda não foram efetivamente assimilados por profissionais da educação. Sob este aspecto cumpre observar a Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que descreve que os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais devem ser atendidos, preferencialmente, na rede regular. Contudo, e sobre isso é importante refletir, não se está integrando-os, se pensar-se apenas nos objetivos gerais da educação, os quais destacam; respeito à dignidade; direito à formação integral, direito à igualdade de oportunidades, direito à auto-realização; direito à liberdade de aprender, direito à qualificação para o trabalho e direito ao exercício da cidadania; pois quando o foco é a educação especial, os objetivos específicos são: respeito à dignidade humana; direito à igualdade de oportunidades, direito à liberdade de aprender e ser diferente e direito à felicidade. (GLAT; FERNANDES, 2005).

² O atendimento educacional especializado – AEE tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Disponível em: <http://www.sismmac.org.br/admin/uploads/arq_down/Educa-Especial01.pdf> Acesso em 1 jun 2010.

Para Guebert (2007) partindo desses quatro objetivos, tem-se clareza da necessidade em oportunizar a inclusão, a qual é um processo bilateral, no qual não há diferenças entre as pessoas, afinal a sociedade é para todos, mas sim a equiparação de oportunidades, sendo esses os aspectos necessários para se obter sucesso no processo inclusivo. E quando se fala sobre equiparação de oportunidades, enfoca-se algumas das concepções de suma importância, como a valorização do direito ao desenvolvimento (emocional, físico e social) e a consideração do indivíduo como um todo, devendo ser visto em sua íntegra, mas, ao mesmo tempo, respeitando suas diferenças, seus desejos e anseios.

3.2 Práticas pedagógicas com foco na inclusão

Os processos de planejamento e gestão do projeto curricular da escola integram conhecimento e reflexão sobre a realidade, a teoria e a transposição desses elementos de forma a orientar a prática pedagógica que efetive uma intencionalidade educativa. Essa prática desenvolvida no contexto educacional não é neutra, pois se encontra constituída de intenções e critérios que podem ou não ser consolidados no cotidiano da escola. É no currículo que essas propostas educacionais e intenções se acham imbricadas.

Dada a complexidade que o caracteriza, o termo currículo não possui uma definição ou mesmo uma delimitação única e clara. Zabala, porém aponta uma definição clássica de currículo concebendo-o como

O conjunto dos pressupostos de partida, das metas que se deseja alcançar e dos passos que se dão para as alcançar; é o conjunto dos conhecimentos, habilidades, atitudes, etc., que são considerados importantes para serem trabalhados na escola, ano após ano. E, supostamente, é a razão de cada uma dessas opções (ZABALA, 1992, p. 12).

Segundo Souza³ “é neste espaço de criação de tais propostas que se expliquem as concepções de educação que aqueles que participam da tecitura do currículo têm e que acabam norteando as práticas educativas”.

³ SOUZA, Daniela Cristina Barros de. ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Disponível em: <http://www.catedra.ucb.br/sites/100/122/00000816.pdf> Acesso em: 10/04/2010, às 19h15min

Ao definir-se currículo, se está descrevendo as funções da escola e, possivelmente, adotando uma forma particular de enfocá-las em um momento histórico-social determinado. Por isso diante das constantes mudanças vivenciadas pela sociedade contemporânea, surgem alguns questionamentos sobre a maneira como a educação no contexto social atual se configura. Intrínseco a isso, é essencial compreender qual é o papel da educação.

O Brasil é signatário da Declaração Mundial de Educação para Todos, a qual garante o direito à educação a todos, indiscriminadamente. E a educação brasileira, como princípio fundamental, estabelece a pertinência de uma educação que forme o cidadão para exercer a cidadania, premissa assegurada por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394/96. Entretanto, como afirma Souza⁴ “o conceito de cidadania precisa ser historicizado e compreendido dentro de um contexto”. Esse educar para a cidadania entendido como finalidade da educação deve nortear as opções por práticas educativas e a escolha dos conteúdos considerando a formação do indivíduo para que realmente seja cidadão. A pertinência de tais opções está ressaltada no próprio texto da Lei, sendo expressas quando a LDBEN faz menção à cidadania, estabelecendo que “[...] a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática [...] (Art. 27, inc. I) deve nortear a identificação dos conteúdos”.

A modalidade de Educação especial é assegurada pelas Leis que regem o sistema educacional de nosso país e perpassa todos os níveis de ensino, o que implica que ela deve ser garantida desde a Educação Infantil até os mais elevados níveis de instrução, e ser oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, o que fere os pressupostos de uma educação inclusiva, ou seja, aquela que garante que todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, façam parte de uma mesma proposta educacional (SOUZA⁵).

No que se refere ao processo da aprendizagem de pessoas com necessidades educacionais especiais, é evidente que as reflexões sobre as práticas

⁴ SOUZA, Daniela Cristina Barros de. ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS E A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Disponível em: <http://www.catedra.ucb.br/sites/100/122/00000816.pdf> Acesso em: 10/04/2010, às 19h15min

⁵ Ibidem

recaem sobre o currículo. No entender de Coll (1999), o currículo vai além de uma simples lista de conteúdos, pois se constitui em um documento com objetivo de ser efetivado na prática. Nesse sentido, estabelece-se como o “projeto de ação adequados e úteis para os professores, que são os principais responsáveis pela sua execução” (COLL, 1999, p. 42). Portanto, se faz necessária a discussão do currículo como um documento que visa uma operacionalização em cada uma de suas ações.

Entender o currículo como conteúdo é uma das formas mais usuais e historicamente mais relevantes que se encontra nas pesquisas. Contudo, o entendimento do que seja o seu conteúdo tem uma variação muito grande. Não se pode direcionar para uma discussão que vise a massificar os conteúdos e formas de ensino como se estes, uma vez estabelecidos, fossem adequados a todo mundo. Nesse sentido, a aprendizagem em uma escola inclusiva necessita de uma reflexão mais fundamentada sobre a flexibilização dos conteúdos definidos, as formas de ensinar e sobre o processo de avaliação empregado. De acordo com os objetivos educacionais defendidos pela escola é que poderão ser estabelecidos os parâmetros para identificar se o aluno será incluído ou não. Se uma escola prioriza especificamente a aprendizagem conceitual, provavelmente, um aluno com déficit cognitivo não se adequará a essa realidade. Nesse sentido, Pietro e Mantoan defendem que:

A inclusão representa uma mudança radical para a escola e a sociedade. O modelo centrado nas dificuldades da criança, em que não se assume que a escola precisa mudar, mas que é preciso adaptar a criança, trabalhar os seus “defeitos” que originam suas dificuldades, é incompatível com o modelo social da deficiência. Neste, a escola é que precisa mudar, removendo os obstáculos que criam e mantêm a exclusão (PIETRO; MANTOAN, 2006, p. 18).

Nesta perspectiva é importante considerar os questionamentos que os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1999) apontam objetivando compreender quais conteúdos deve ser priorizado, em cada uma das disciplinas, para que os alunos alcancem o entendimento das grandes questões humanas. Mesmo assim

Não se trata de começar um currículo novo, nem de inventar um currículo original. Trata-se sim, de rever o currículo adotado na escola, com uma visão crítica dos parâmetros que o estão direcionando para ir fazendo, gradativamente, os ajustes e as reorientações necessárias, sempre na direção pretendida – de compreensão do mundo (PCN, 1999, p. 126)

Portanto, conforme tais premissas, o primeiro processo para transpor as ideias de exclusão é mudar as concepções sobre educação. Em conformidade com essas idéias, Pietro E Mantoan (2006, p. 27) defende que

A escola reproduz a manifestação do controle exercido pela sociedade. Agrava a exclusão por intermédio da competitividade que "seleciona naturalmente" os seres humanos e os responsabiliza pelos seus fracassos escolares, não levando em conta as causas histórico-sociais. Não revê suas práticas, não muda; espera que os indivíduos se adaptem a ela. Provê uma escolarização separada para os que têm deficiência, indiferente à humanidade desses seres.

Desenvolver uma reflexão sobre as práticas pedagógicas, compreendendo desde a sua concepção teórica até a sua vivencia, iniciando assim uma discussão focalizando as propostas curriculares, pode se constituir no primeiro meio de compreensão sobre como contribuir para a educação inclusiva.

3.3 Principais desafios enfrentados pelos educadores no processo de educação inclusiva.

A questão da inclusão se configura num desafio para a escola e para os educadores, mas que precisa ser enfrentado pela escola comum a fim de melhorar a qualidade da educação, para que alunos com e sem necessidades educacionais especiais possam usufruir o direito à educação plena.

Segundo Paulon; Freitas e Pinho

A investigação dos aspectos que necessitam evoluir na política de educação especial requer que se situe como este processo efetivamente nas redes de ensino. Considerando que inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais produz impasses no cotidiano escolar que exigem um constante repensar da prática pedagógica é importante a análise de alguns aspectos do contexto atual da inclusão no País. Os temas, delineados a partir de um mapeamento realizado em diferentes espaços educacionais, representam uma síntese dos principais aspectos percebidos como tensionadores do processo e emergiram da análise das opiniões dos diferentes segmentos da comunidade escolar envolvidos com a proposta de inclusão, as quais foram obtidas através de observações, de entrevistas semi-estruturadas, de grupos de discussões bem como de diferentes experiências profissionais existentes. (PAULON; FREITAS; PINHO, 2005, p. 25).

Quando se trata da política da educação inclusiva no ambiente escolar o primeiro se vê é a associação de que se trata de mais um encargo para o já tão atribulado professor imposto pelo sistema educacional. Mesmo que os professores

sejam favoráveis a concepção contida na lei e reconheçam que sua implementação só beneficia toda a sociedade, persistem o temor e as preocupações com o processo de inclusão. Segundo Paulon, Freitas e Pinho (2005, p.26), “Percebem-se dificuldades destes em lidar com o acesso de pessoas com necessidades educacionais especiais quando professam expressões como “a inclusão é forçada” ou a “é inclusão só de fachada””.

O conhecimento sobre a existência das Leis que regem a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar, assim como da garantia de vagas para estas é pertinente às escolas de um modo geral. Também as equipes diretivas aceitam e garantem o ingresso destes alunos, posicionando-se favoráveis à política de inclusão, mas salientam alguns entraves pelo fato de não haver a sustentação necessária, citando-se como exemplo, a ausência de definições mais estruturais acerca da educação especial e dos suportes necessários a sua implementação (PAULON; FREITAS; PINHO 2005).

Segundo Paulon, Freitas e Pinho, (2005, p. 26)

Não raro ouve-se nas escolas referências a alunos com necessidades educacionais especiais como “alunos de inclusão”, o que sugere o questionamento sobre o modo como são percebidos diante dos demais alunos. “Tenho vinte e cinco alunos, dois são de inclusão”, comenta um professor. Além da evidente concepção de uma educação voltada para a “normalidade”, tal idéia contrapõe-se à compreensão da inclusão, largamente defendida na bibliografia, como um processo que deva abranger todas as diferenças.

Outro aspecto frágil evidenciado no entendimento do processo inclusivo diz respeito aos critérios utilizados na seleção e encaminhamento dos alunos com necessidades educacionais especiais. Paulon, Freitas e Pinho (2005) afirmam que “tornou-se senso comum nas escolas que ‘todo aluno com condições de aprendizagem formal’ deve ser encaminhado para escolas do ensino regular”. Particularmente, os educadores consideram as escolas cicladas como as mais preparadas para receber alunos com necessidades educacionais especiais, entendendo que o sistema por ciclos de formação possibilita o convívio com as diferenças e com colegas de sua idade. Porém, destacam que certas crianças e adolescentes não possuem condições de freqüentar a escola regular comum e, em alguns casos, nem a escola especial.

Paulon, Freitas e Pinho, (2005) ressalta ainda que muitos dos grupos escutados aleguem que o processo da inclusão deve ser compartilhado com vários segmentos sociais, não ficando apenas ao encargo da escola, ou do professor. Nesse sentido, é importante que os diferentes segmentos da sociedade participem na implantação dos direitos assegurados em lei para que os benefícios percebidos na política de inclusão possam ser efetivados. Fica evidente que para haver o processo de inclusão no ensino regular é necessário que a escola passe por grandes mudanças no seu sistema de ensino. Dentre as principais se encontram a flexibilização ou a adequação do currículo, com mudanças significativas na forma de ensinar, avaliar, trabalhar com grupos em sala de aula, bem como a criação de estruturas físicas que possibilitem o ingresso e a circulação de todas as pessoas.

Dentre os desafios enfrentados pelos professores encontra-se a formação profissional, como uma das demandas mais emergentes para o aprofundamento do processo de inclusão. Conforme estudos de Paulon, Freitas e Pinho, (2005, p. 28):

existe um consenso de que é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores para o avanço desta importante reforma educacional. O “despreparo dos professores” figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva, o qual tem como efeito o estranhamento do educador com aquele sujeito que não está de acordo com “os padrões de ensino e aprendizagem da escola. nessa mesma direção, a formação inicial dos educadores oferecida no currículo dos cursos de licenciatura também é referido. Segundo os entrevistados, os cursos de formação de professores pouco abordam sobre educação inclusiva e conhecimentos acerca das necessidades educacionais especiais dos alunos. [...] Assim, constata-se a necessidade de introduzir tanto modificações na formação inicial dos educadores, quanto a formação continuada e sistemática ao longo da carreira profissional dos professores e demais profissionais da educação.

Outro fator que também pode ser relevante como desafio para a inclusão é o excesso de alunos por salas de aula e a falta de recursos para a sustentação da prática pedagógica. Se fosse reduzido o número de alunos, certamente as classes seriam mais acolhedoras e favoreceria um trabalho mais significativo, com maior qualidade. Nesta direção, pode-se citar como referência para auxiliar no processo de escolarização dentro da inclusão a presença de sala de recurso, os serviços de orientação educacional e o atendimento educacional especializado.

As flexibilizações curriculares são fundamentais para viabilizar o processo de inclusão, transformando assim a prática pedagógica. Para tanto precisam ser

pensadas como facilitadoras, a partir do contexto grupal no qual o aluno está inserido. Filidoro (2001, p. 112) afirma que

as adaptações se referem a um contexto – e não me refiro à criança, mas ao particular ponto de encontro que ocorre dentro da aula em que convergem a criança, sua história, o professor, sua experiência, a instituição escolar com suas regras, o plano curricular, as regulamentações estaduais, as expectativas dos pais, entre outros, - então não é possível pensar em adaptações gerais para crianças em geral.

Portanto, conforme a autora, as “adaptações” curriculares não podem ser tratadas como propostas universais, mas pensadas a partir de cada situação particular, pois elas só serão válidas para aquele aluno para o qual foi pensada e no momento em que está sendo vivenciado. Neste contexto, Paulon (2005) afirma que na medida em que são pensadas a partir do contexto e não de forma particular referente a um determinado aluno, pode entender-se que todas as crianças serão beneficiadas com a implementação de uma prática educativa voltada para a diversidade, pois como acrescenta a autora Filidoro (2001, p.113), “as adaptações curriculares devem produzir modificações que possam ser aproveitadas por todas as crianças de um grupo ou pela maior parte delas”.

É importante que se diga que as adaptações curriculares não são generalizáveis e devem responder a uma construção do professor em interação com o coletivo de professores da escola e outros profissionais que compõem a equipe interdisciplinar.

Quanto à equipe interdisciplinar, é importante destacar que o sucesso de uma política inclusiva está seguramente imbricado a qualidade de uma rede de apoio que lhe dê sustentação e que as interações entre os profissionais envolvidos, da educação, saúde e assistência, elementos fundamentais a um processo de inclusão do sujeito na escola e na sociedade. A não existência desta equipe interdisciplinar também se constitui num desafio que obstrui o trabalho dos professores em sala de aula com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Com a presença desta equipe, o professor é apoiado em sua prática pedagógica por uma equipe de profissionais, além de participar, pois a prática lhe confere habilidades para propor adequações, partindo de cada situação particular para favorecer uma proposta inclusiva.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Neste trabalho foi abordado o tema referente à educação inclusiva destacando os principais desafios dos educadores frente a ação educativa. A literatura indica que para fazer o caminho percorrido pela educação especial até chegar à inclusão, é necessário fazer uma análise dos conceitos e das situações produzidas sócio-historicamente que trazem implicações diretas para essa área, tais como as políticas públicas educacionais voltadas à educação especial; a redução da pessoa com necessidades educacionais especiais a um fator biológico, em detrimento de sua totalidade; as práticas pedagógicas que precisam ser modificadas para que a escola também se transforme para receber esse alunado; por fim como os desafios enfrentados pelos educadores são consistentes e como a inclusão é adequada para a verdadeira construção dessa realidade.

A história da educação especial reporta necessariamente à história da deficiência como forma de se entender e compreender por que os indivíduos com necessidades especiais sofreram preconceitos e discriminação. No entanto, os movimentos sociais em prol da criação de políticas públicas têm promovido debates e discussões em relação à inclusão dessas pessoas não só na escola, mas também na sociedade. Porém em alguns casos, ainda persiste a realidade de exclusão.

As dificuldades e os desafios da inclusão escolar estão ligados a questões como organização da sociedade, valores que nela prevalecem, prioridades definidas pelas políticas públicas, meios efetivamente disponibilizados para a implantação dessas políticas, fatores relacionados à formação de docentes, infra-estrutura e problemas vinculados à especificidade das diferentes condições que afetam o desempenho acadêmico e a formação pessoal de sujeitos que apresentam necessidades especiais ou outras características que os introduzem na categoria de alunos especiais.

Assim, vê-se que, de longa data, a educação nacional vem mostrando o quanto necessita de mudanças para atender a todos os alunos e como a vontade política para enfrentar um programa em favor das transformações de qualidade tem estado na pauta das discussões sobre a inclusão.

A educação especial sob a perspectiva da inclusão é um desafio a ser vencido pela sociedade, pelo estado e, de modo bem específico, pela escola, onde de fato a verdadeira batalha é travada. São muitas as dificuldades a serem superadas: o professor que fica isolado, sem preparação e sem apoio especializado; o não-fornecimento de material próprio para os alunos com necessidades educacionais especiais; a não-compreensão do problema pela escola e pela sociedade, muitas vezes, por falta de informação. São essas algumas das dificuldades, em relação à educação especial enfrentadas pela escola e em particular pelos professores. Com certeza, sempre foi mais fácil atribuir a responsabilidade ao aluno com necessidade educacional especial ou até mesmo ao professor. Porém, estes, por sua vez, também não podem arcar com este ônus, pois a educação, como um todo, também não é tratada, historicamente, com o devido acento que merece, primando-se pela qualidade, com políticas públicas adequadas.

A inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino sempre foi um discurso distante das práticas educacionais. Por isso, devem ser criadas políticas públicas visando à inclusão social que partam de uma conscientização dos direitos do cidadão e da valorização do ser humano, quebrando a tradição assistencialista da educação especial.

5. REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei nº 7.853, de 25 de outubro de 1989. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 25 out. 1989.

_____. Secretaria de Educação Fundamental / Secretaria da Educação Especial. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares**: Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

COLL, César. **Psicologia e currículo**: uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. São Paulo: Ática, 1999.

FILIDORO, N. **Adaptações curriculares**. In: Escritos da criança. n 6. Porto alegre; Centro Lydia Coriat, 2001.

GLAT, R; FERNANDES, E. M. Da educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. **Revista Inclusão**. v.1, nº 1. Brasília, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, M. A. **Trajetórias e novos caminhos da educação especial**. Belo Horizonte: Caratinga, 2000.

GUEBERT, Mirian Célia Castellain. **Inclusão**: uma realidade em discussão. Curitiba: Ibpeex, 2007.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil**; dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

LEAL, Alzira Elaine Melo; SOUZA, Carlos Eduardo Gerzson de. **Construindo o conhecimento pela pesquisa**: orientação básica para elaboração de trabalhos científicos. Santa Maria: Sociedade Vicente Palloti, 2006.

MAZZOTTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil**. Histórias e políticas públicas. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: Contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memmon, 1997.

PAULON, Simone Mainieri. FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson S. **Documento subsidiário à política de inclusão.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

PIETRO, Rosângela Gavioli. MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar.** Pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

SKLIAR, Carlos. **Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SOUZA, Daniela Cristina Barros de. **Escolas Públicas e Privadas e a Inclusão de Pessoas Com deficiência.** Disponível em: <<http://www.catedra.ucb.br/sites/100/122/00000816.pdf>>. Acesso em: 10 abr 2010

ZABALA, M. A. **Planificação e Desenvolvimento Curricular na Escola.** Porto: Editora Asa, 1992.

WERNECK, Claudia. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.